



DESCOBERTAS  
DO BRASIL

Angélica Madeira  
e Mariza Veloso  
organizadoras

EDITORA



UnB

## ENIGMA BRASIL

Este livro multidisciplinar compõe-se de diversos olhares curiosos e perspicazes de autores contemporâneos sobre os variados países-Brasil, imaginados por artistas e intelectuais ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade. São onze ensaios – escritos por sociólogos, teóricos e estudiosos da literatura, antropólogos, lingüistas, críticos de arte, diplomatas, historiadores e artistas, alguns renomados, todos muito lúcidos e bem informados – a respeito de movimentos culturais e autores que pensaram, pintaram, romancearam, cantaram, filmaram o Brasil, dos pós-modernos ao Marquês de Lavradio, do Cinema Novo aos iluministas, dos românticos aos modernistas, de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, de Humberto Mauro a Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha.

Dessa polifonia emergem tradições culturais muito distintas entre si, tanto dos autores dos ensaios quanto dos artistas, intelectuais e textos analisados. As visões se interpenetram, se contradizem e se influenciam mutuamente, trazendo para o centro do livro questões cruciais, rela-



DESCOBERTAS  
DO BRASIL



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*  
Lauro Morhy

*Vice-Reitor*  
Timothy Martin Mulholland

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*  
Alexandre Lima

## CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*  
Elizabeth Cancelli

Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski,  
Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck,  
Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



# DESCOBERTAS DO BRASIL

Angélica Madeira e Mariza Veloso  
organizadoras

EDITORA  
  
UnB

Copyright © 2001 by Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)

### Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2ª andar

70300-500 Brasília DF

Fax: (0\_\_61) 225-5611

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

### Equipe editorial

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli *preparação de originais*

Gilvam Joaquim Cosmo, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, Clarissa Falcão de Sant'Anna, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof *revisão*

Sabrina Lopes *projeto gráfico e capa*

Elmano Rodrigues Pinheiro *produção gráfica*

Screen CTP e Fitolitos Digitais *fotolitos*

Editora e Gráfica Itamarati *impressão e acabamento*

Ilustração da capa: sobre a imagem "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil", de João Teixeira Albernaz, 1640. Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

Descobertas do Brasil / Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)  
Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.  
340 p.

ISBN: 85-230-0606-0

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. I. Madeira, Angélica.  
II. Veloso, Mariza.

CDU 981

---

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte e desta natureza não poderia ser realizado sem o esforço e a colaboração de pessoas e instituições que o tornaram viável e concreto.

Agradecemos ao Embaixador Lauro Moreira, Presidente da 1ª Comissão para as Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, por seu empenho primordial em construir uma base para a reflexão crítica e multidisciplinar sobre a Cultura Brasileira.

Ao Secretário Tarcísio Costa, Secretário Executivo da mesma Comissão, interlocutor intelectual e entusiasta das idéias que orientaram este projeto.

A Maria Lucia Verdi, Assessora Especial da Comissão, que, em momentos de dificuldades e incertezas sobre a continuidade deste projeto, assumiu, de forma decisiva, a coordenação dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer ainda a todos aqueles que participaram da execução, desde seu início até sua concretização em forma deste livro.

Nosso reconhecimento a todos os colegas que aceitaram participar desta coletânea, com suas idéias originais, resultado de pesquisas extensas e exaustivas, mesmo tendo sido mudadas a natureza e as condições iniciais.

**As organizadoras**



<b>Apresentação</b>	9
<b>Brasil-Colônia: Deslocamento e Hibridismo</b>	
<b>Molduras para o Período Colonial Brasileiro:     uma agenda de pesquisa</b> Angélica Madeira e Mariza Veloso	23
<b>No Brasil Colonial, "um é o outro": etnocentrismo     e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio</b> Mary Del Priore	53
<b>Combates da razão: luzes e pombalismo entre os mineiros</b> Fábio Lucas	77
<b>O Brasil Moderno: Literatura e Sociedade</b>	
<b>Oralidade, romance e pedagogia de leitura     no romantismo brasileiro</b> Marisa Lajolo	89
<b>Os sertões entre dois centenários</b> Roberto Ventura	109
<b>Caio Prado: modernista, contemporâneo</b> Mariza Veloso e Angélica Madeira	125
<b>A redescoberta do Brasil nos anos 1950:     entre o projeto político e o rigor acadêmico</b> Lúcia Lippi Oliveira	139

**Ensaio**

grandesertão.br ou: A invenção do Brasil Willi Bolle	165
---	-----

**Arte e Cultura**

A sonoridade brasileira Luiz Tatit	239
---------------------------------------	-----

O Brasil traduzido no cinema Flávio Goldman	273
--	-----

A construção da identidade nacional na arte dos anos 1960 e 1970 Murilo Fernandes Gabrielli	293
---	-----

<b>Sobre os autores</b>	<b>325</b>
-------------------------	------------

<b>Créditos das imagens</b>	<b>327</b>
-----------------------------	------------

BRASIL-COLÔNIA:  
DESLOCAMENTO E HIBRIDISMO



THE  
UNIVERSITY OF CHICAGO

## MOLDURAS PARA O PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO: UMA AGENDA DE PESQUISA

Angélica Madeira e Mariza Veloso

Acaso não merece correção  
a civilização legada pelo colonizador?

Leopoldo Zea

A leitura que realizamos sobre o período colonial partiu de uma revisão de fontes e de uma proposta que considera a base documental legada por aquele período um acervo que acabou por constituir uma tradição de estudos na historiografia brasileira. Essa tradição, por sua vez, é tecida pelo diálogo constante que os intelectuais, de todos os períodos subseqüentes, estabeleceram com os textos coloniais, mantendo-os vivos.

A pesquisa bibliográfica sobre os séculos XVI, XVII e XVIII foi feita seletivamente, de modo que servisse de base à escrita deste texto sobre a cultura e a sociedade ao longo do período colonial no Brasil. As obras e os documentos foram grupados de acordo com a lógica que orienta o conjunto do projeto: isto é, destacar narrativas e imagens que surgem e expõem o modo de ser singular de cada época. Essas narrativas e imagens já emergem modelando o seu próprio tempo, desenhando configurações sócio-históricas (Elias, 1990) e definindo os momentos densos da história da cultura. As representações possuem, além disso, regularidades e recorrências que permitem defini-las como matrizes que suscitarão outras narrativas sobre o Brasil. Toda crítica e ensaística histórica, sociológica e literária – por meio de um processo contínuo de exegese dos textos eleitos como “fundadores” – acabam por constituir não somente uma série discursiva autônoma (Foucault, 1972), mas também uma completa linhagem intelectual.

Assim, a bibliografia foi organizada tendo como referência os textos de época produzidos pelos cronistas e viajantes estrangeiros, pelos padres e missionários, pelos poetas. Esses discursos, elaborados no próprio período colonial, fontes primárias de pesquisa, foram suscetíveis de leituras diferenciadas e sucessivas no tempo, reveladoras de modelos e valores próprios à historiografia romântica, à positivista e às visões modernistas. Os debates contemporâneos

sobre a questão colonial foram apenas apontados, dada a complexidade da tarefa de mapear e analisar a produção recente pela variedade de tendências e pela densidade documental acumulada sobre o período, particularmente nas áreas da História e da Crítica Literária.

A pesquisa iconográfica foi conduzida tendo em vista o objetivo de selecionar representações relacionadas ao período histórico estudado, constituindo um primeiro banco de imagens que pudessem sugerir pesquisas posteriores. Não tanto para ilustrar, as imagens foram escolhidas por sua capacidade de criar um ambiente visual para os debates aqui empreendidos. A linguagem visual possui uma força própria, um poder de convencimento, ao remeter quase que de forma imediata a uma outra época, a suas visibilidades.

As imagens desenharam a história, configuraram um imaginário que se materializa em objetos culturais. Por isso, procuramos valorizar ora imagens de objetos de uso cotidiano ou de culto, que pudessem apontar na direção de práticas sociais, ora imagens singulares, uma iconografia portadora de densidade suficiente para configurar um período histórico.

#### SOB O SIGNO DO PARADOXO: O PERÍODO COLONIAL NO BRASIL

A interpretação canônica da cultura brasileira sempre assumiu nossa "ocidentalidade", nosso pertencimento ao mundo moderno e cristão. Vejamos como Cruz Costa (1967) introduz a questão da história das idéias no Brasil.

Pela mão da Europa fizemos a nossa entrada na cena da História, num momento de crise para a cultura ocidental. A Europa nos impôs as suas línguas, a sua religião, as suas formas de vida, em suma, a sua civilização. Nós, da América, não temos o direito de falar de uma civilização propriamente americana. Somos um prolongamento, um ramo novo talvez, da civilização ocidental.

Cruz Costa utiliza as mesmas imagens – transplante cultural, ramo, galho – usadas por Sérgio Buarque, em 1936, para mostrar o desacerto das idéias, trazendo, de países distantes, nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo, que tentamos manter mesmo em condições adversas e hostis. Sentimo-nos uns "desterrados em nossa terra", parecendo que participamos de um sistema de idéias sempre deslocado, pertencendo a outro clima e a outra paisagem, de acordo com a clássica formulação do intérprete modernista.

As análises sobre a formação histórica e cultural do Brasil bifurcam-se em duas perspectivas: ora enfatizam essa linha de continuidade em relação à cultura européia, ora o sentido de ruptura no interior de um acervo de tradições,

evidenciando como o Brasil foi, paulatinamente, desvencilhando-se de Portugal, construindo um modo singular de ser.

Uma idéia que teve predominância até tempo recente, e ainda está subentendida em muitas das publicações em torno das comemorações do V Centenário da “Descoberta do Brasil”, diz respeito a esse entendimento da cultura brasileira como uma “cultura de prolongamento”, corroborando a centralidade da visão européia, certificando a posição a partir da qual se qualificam os diferentes outros, as diferentes culturas. Essa imagem do “transplante cultural” reforça a idéia da superioridade da civilização trazida pelos colonizadores para o Novo Mundo. O continente americano, identificado apenas como natureza, destituído de civilização, estaria destinado a absorver as matrizes européias e os valores a elas associados. A partir dessa argumentação, a América já surge anexada ao mundo moderno, inexoravelmente vinculada ao movimento do capital internacional.

Ao mesmo tempo, há toda uma tradição de autores brasileiros e latino-americanos (Zea, Dussel, Caio Prado, Octávio Ianni) que retomaram a reflexão de Marx, responsável por uma verdadeira reviravolta interpretativa. De acordo com essa leitura, a modernidade seria o resultado do ouro e da prata escoados da América para a Europa, uma das formas de acumulação primitiva do capital que, reinvestido em tecnologia, propiciou a revolução industrial. Essa inserção compulsória de um continente inteiro no sistema capitalista internacional designou lugares diferenciados de fala e definiu uma distribuição de riqueza e de poder, sob forma de posições que estruturaram as relações desiguais entre Colônia e Metrópole.

Esse é apenas um exemplo de como uma reversão de perspectiva é capaz de construir uma outra imagem do Brasil e de fazer proliferar narrativas diferentes, variadas e contraditórias, realçando os conflitos, dentro de uma mesma configuração sócio-histórica. Mesmo considerando ser esta uma primeira aproximação do tema da cultura que se constituiu no Brasil ao longo do período colonial, fica patente a alteração dos parâmetros valorativos tanto na Europa – sob o impacto da descoberta do Novo Mundo – quanto na América, subitamente jungida ao projeto de modernidade ocidental. Pois, o que mais se destaca, quando nos aproximamos da trama cultural da Colônia, são os processos ambíguos e híbridos, o predomínio das misturas e a indiferenciação entre instituições privadas e públicas, entre uma pragmática religiosa e uma pragmática econômica, uma ideologia e uma moral medievais para empreender uma ação colonizadora, instrumental, racional e, supostamente, moderna.

As instituições consideradas importantes para pensar sobre o Brasil colonial ou, segundo alguns, a América Portuguesa – a família, a igreja e a escravidão – remetem sempre a uma dupla inscrição em ordens conflitantes –

como a estamental e a burguesa ou a mística e a racional ou ainda entre a religiosa e a pagã. Como essas características – a duplicidade moral, a indistinção social ao lado de um forte sentido de hierarquia – estão inscritas nas práticas sociais, nas instituições e nos textos e documentos da época?

O estudo das instituições, com suas ambivalências, impõe-nos a tarefa de selecionar categorias para que se possa realizar uma releitura contemporânea e interessada do período colonial, uma leitura que, consciente de ser leitura, escape tanto ao anacronismo quanto ao presentismo, pois são categorias – tais como *ambigüidade*, *hibridismo*, *diversidade*, *artifício*, *excesso*, *fluidez*, *dispersão* – geralmente utilizadas para se pensar sobre a sociedade e as manifestações estéticas contemporâneas – as que mais nos pareceram válidas e produtivas para o entendimento do período colonial. Além disso, são categorias que permitem o trânsito entre as formas de sociabilidade e as tendências estéticas, entre a variedade das linguagens e das “paisagens culturais” construídas.

Essas mesmas categorias, que ressaltam de muitas narrativas e documentos da época, irão servir às propostas de análise mais recentes levadas a cabo por historiadores da vida cotidiana, das mentalidades, do imaginário, e por escritores e críticos que se dedicam à investigação sobre aquela experiência pela qual passou o Brasil. As questões, de interesse contemporâneo, sobre imaginário, gênero e sexualidade, sobre raça e etnias, têm também orientado essa releitura que vem trazendo uma nova compreensão da vida social à época (Novais, 1979, 1997; Mello e Souza, 1986, 1993; Ronaldo Vainfas, 1986, 1989).

Pensar sobre a cultura por meio de suas contradições e seus paradoxos não deve ser entendido como um exercício inútil, pois pode permitir superar as dicotomias imobilizantes e os estereótipos que se cristalizam sobre os povos e mesmo sobre os continentes. Para apreender a complexidade desses processos, é preciso, ao mesmo tempo, ampliar a visão e focalizar a trama da cultura tanto em suas estruturas mais rígidas quanto em seus meandros, seus interstícios, nas dobras da subjetividade. É dessa matéria que se faz a cultura. A conexão entre práticas sociais e práticas discursivas permite considerar a história em toda sua densidade, mediante uma multiplicidade de narrativas e imagens que ora se inserem em tradições e séries reconhecíveis, ora suscitam outros sentidos, deslocando-se, criando circuitos próprios, fluxos nos quais a linguagem e o sujeito se extraviam e correm à deriva.

Seguindo essa direção, mais que um texto acabado, buscamos delinear uma *agenda de pesquisa* que organize um conjunto de temas representativos das contradições decorrentes das divergências entre os projetos que os diferentes grupos sustentaram para o Brasil. Assim, também, esses temas devem ser representativos das misturas de valores e interesses muitas vezes incompatíveis.

Algumas dessas categorias foram trabalhadas por Sérgio Buarque, quando, ao analisar a literatura colonial, se refere ao hibridismo e às misturas que caracterizaram o conturbado período no qual surgem os poetas árcades. O autor descreve-o a partir das disparidades mais exteriores e mais subjetivas que o definem:

Formas de etiqueta e pragmática, de móveis e utensílios caseiros, preferência dada a certos materiais sobre outros (a seda, o vidro, a porcelana, a madrepérola, a madeira substituindo em grande parte a pedra), estilos de ornamentação ou jardinagem, movimentos religiosos (o metodismo, o pietismo...), ordenação ideal das classes, das idéias, dos valores, inspirados largamente pela ascensão da burguesia, crise das noções tradicionais, manifesta na coexistência, não raro em um mesmo indivíduo, de atitudes e princípios contraditórios (aulicismo e revolta, sentimentalidade lacrimosa e epicurismo cético, sensualismo e racinismo, gosto da mitologia pagã e da *chinoiserie*), tudo isso deveria congrega-se e irmanar-se sob um rótulo comum. Que sutilezas de raciocínio não seriam necessárias para se forjar uma identidade ou estabelecer uma espécie de contraponto entre elementos tão dispares? (Buarque de Holanda, 1991.)

A leitura da época colonial aqui esboçada supõe que a mesma esteja marcada por tendências sociais, estéticas e políticas conflitantes e ambivalentes, traços que contribuíram para a modelagem do modo de ser da sociedade brasileira.

As molduras para este estudo, que gostaríamos de ver um dia plenamente realizado, podem ser vistas em perspectiva, recortadas em planos que – partindo sempre das fontes primárias – permitirão as interpretações construídas pela historiografia sobre o período colonial.

Tentamos construir uma compreensão do período a partir dos diversos patamares de enunciação nos quais se pode reconhecer o Brasil-Colônia: os planos são as camadas arqueológicas (Foucault, 1972) dos discursos que configuram um tempo histórico. As leituras do Brasil colonial formam um repertório constituído pelos textos dos próprios cronistas, missionários e viajantes que andaram pelo Brasil do século XVI ao século XIX; os estudos e as pesquisas dos intelectuais românticos, os libelos e as crônicas da geração dos publicistas que introduz, desde 1870, o debate aberto em torno das questões sociais da época, a Abolição e a República. Em seguida, a ruptura provocada pela emergência de uma vanguarda no pensamento social brasileiro. Os explicadores e os retratistas do Brasil, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior deixaram interpretações que afirmam a importância do período colonial para a compreensão de sua própria época.

Por fim, as obras produzidas hoje, dispersas em muitos estudos especializados sobre os diversos aspectos da vida social, a atividade comercial, as práticas sexuais, as figuras itinerantes dos mascates, os degredados, os exilados – temas que se impõem ao nosso imaginário sobre a Colônia.

## O ARGUMENTO COLONIAL NA PRODUÇÃO INTELECTUAL BRASILEIRA

A riqueza do acervo histórico e estético do período colonial suscitou, nas diferentes gerações de intelectuais, interpretações que revelam não só a profusão das práticas estéticas da época, como também as condições históricas nas quais se dá a interpretação. Contemporaneamente, com as novas possibilidades teóricas e políticas trazidas pelos assim chamados estudos pós-coloniais, campo interdisciplinar que se amplia, tornam-se possíveis leituras e associações surpreendentes.

A consciência da condição colonial e do estrago produzido por essa posição periférica é antiga entre os intelectuais brasileiros e os latino-americanos, talvez mais antiga do que entre a intelectualidade dos países que se mantiveram sob o estatuto colonial até o pós-Segunda Guerra Mundial ou mesmo até datas mais recentes. No Brasil, pode ser considerado como um marco o movimento de idéias das primeiras décadas do século XX, culminando com uma profunda ruptura de perspectiva provocada pela geração dos modernistas que, deliberada ou inconscientemente, transformou a percepção estética, criou conexões inusitadas entre cultura e política e orientou suas ações, no sentido de construir instituições e participar dos debates públicos, pois aquela foi uma geração polêmica e ativista.

Por isso, enfatizamos de muitos modos o legado dessa geração e os vários sentidos nos quais se pode considerá-la como precursora de uma tendência da crítica cultural contemporânea que tenta inserir seus objetos de reflexão no tecido da história, vinculando estética e política, afirmando o papel público dos intelectuais e dos artistas.

Hoje, esses procedimentos críticos são assumidos pelo campo dos Estudos Culturais que preconizam uma politização permanente da pesquisa, pela introdução de uma crítica das perspectivas, das posições com garantia de verdade.

Já nas décadas de 1920 e 1930, com os modernistas, temos o que poderia ser considerada uma revisão sistemática do período colonial. Atuando como pesquisadores e como artistas em todos os campos – arquitetura, artes plásticas, literatura, música, história, sociedade, economia –, um grupo significativo de intelectuais dedicou-se a escrever ensaios, obras sociológicas e literárias, baseados muitas vezes em investigações amplas e profundas, trazendo idéias que provocaram uma verdadeira varredura dos preconceitos e das idealizações que recaíam sobre o período. Artistas e intelectuais, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Rodrigo Mello Franco, entre outros, foram os responsáveis por essa ruptura. A euforia provocada pela descoberta da cultura colonial brasileira se fez tanto mais forte

quanto mais se teve consciência do desprezo e do esquecimento a que fora relegada durante o final do século XIX e a primeira década do século XX.

Apesar dessa ênfase na geração modernista como portadora de um olhar radicalmente crítico e desidealizador sobre o período colonial, pode-se observar um viés ou mesmo uma inversão do olhar em outras obras de cunho romântico e nacionalista.

Vale a pena destacar, a título de exemplo, o “Canto do Piaga”, de Gonçalves Dias, de *Primeiros Cantos*, de 1846, por trazer uma inédita e sensível “visão”, do ponto de vista do indígena – que fala um português impecável! –, sobre a chegada dos europeus à América.

O Piaga tem uma premonição: vê e ouve um espectro que fala sobre as desgraças que recairiam muito em breve sobre a taba. Trata-se de um poema longo, narrativo, dividido em três partes, de acordo com as mudanças do sujeito da enunciação: inicialmente fala o Piaga, convocando a tribo a escutá-lo; na segunda parte, o espectro faz seus vaticínios e, finalmente, na terceira parte, o Piaga traduz a visão aterradora da chegada dos portugueses ao Brasil, em diálogo com o espectro. O discurso direto e a forma dialógica reforçam a dramaticidade da narrativa:

Oh! quem foi das entranhas das águas,  
 O marinho arcabouço arrancar?  
 Nossas terras demanda, fareja...  
 Esse monstro... – o que vem cá buscar?  
 Não sabeis o que o monstro procura?  
 Não sabeis a que vem, o que quer?

.....  
 .....

E segue enumerando o destino da tribo – bravos guerreiros mortos, mulheres violentadas, algemas –, encaminhando-se para o fim, com versos premonitórios:

Fugireis procurando um asilo  
 Triste asilo por ínvio sertão;  
 Anhangá de prazer há de rir-se,  
 Vendo os vossos quão poucos serão.

E conclui com dois versos – o mesmo refrão com que encerra a segunda parte – incitando os índios a fugir.

Manitôs já fugiram da Taba!  
 Ó desgraça, ó ruína, ó Tupã!

No decorrer do século XIX, especialmente a partir de 1870, cresceram nossos laços de dependência intelectual e econômica com a Europa, resultado das teorias e das práticas que foram introduzidas à época. À idealização do índio íntegro substituiu-se a idéia da degeneração das raças mestiças. Introduziu-se o positivismo, o cientificismo e seus determinismos raciais e geográficos, os debates foram se modelando de modo a reforçar a posição de desvantagem na qual se encontravam as culturas e os povos não-centrais, desvantagens decorrentes da posição que ocupam na estrutura internacional de distribuição de riqueza e de poder.

Foi preciso esperar a geração modernista para que se percebesse que aquelas pretensas desvantagens, atribuídas pelas teorias racialistas e climáticas aos povos mestiços e aos países tropicais, não decorriam daquelas características "naturais" e, sim, de um processo histórico que definiu as relações entre centro e periferia. Foi preciso esperar a geração modernista para que se estirpassem os elementos indesejáveis que compunham um imaginário subserviente próprio àqueles que forjaram sua identidade sob o olhar do colonizador. Aqueles artistas e intelectuais criaram uma nova atitude diante do passado, trabalharam na direção de triar valores que pudessem servir para a construção de sua própria história.

Todos esses discursos formam um denso repertório a ser apropriado pela crítica contemporânea, que dá especial realce e privilegia o argumento histórico em geral e colonial, em particular. Ao dialogarem com os textos do passado, os intelectuais parecem atribuir-se a missão de contribuir, com a experiência de sua escrita, para a construção de perspectivas societárias mais justas e libertárias.

#### MOLDURAS EM PERSPECTIVA: AS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS

Os períodos históricos são feitos de camadas de narrativas que, superpostas e permeáveis, estão sempre sujeitas a leituras e a releituras. Assim, além da variedade e da multiplicidade das fontes primárias, dos documentos disponíveis para o estudo do período colonial brasileiro, encontramos na historiografia subsequente momentos de densidade e grande interesse pelo período. Essa observação sugeriu o desenho desta *agenda de pesquisa* em que se tornou este texto: a geração dos intelectuais românticos que inicia os procedimentos científicos de pesquisa sobre a época colonial; o ensaísmo modernista, no qual já se identifica uma perspectiva crítica e intelectualmente autônoma; e o debate contemporâneo, momento em que se concentra uma grande densidade de

textos produzidos sobre o período. A geração dos últimos anos do século XIX e início do XX dá pouca importância à questão colonial, talvez pelo bovarismo das elites que consideravam que essa questão não tinha mais relevância, pois já viviam a modernidade plena, talvez pela fraca consciência histórica que identificava tradições coloniais com atraso e superstição.

Buscamos construir três molduras, três olhares sobre os documentos relativos ao período colonial. São essas camadas de textos que servem de base a essa reflexão.

Interessa-nos aqui reter alguns argumentos e pontuar algumas questões que têm servido para pensar sobre a cultura portuguesa que foi transplantada e se desenvolveu aqui na América, no Brasil. Incontornável, nesse ponto, é a releitura da obra do padre Antonio Vieira, por sua literatura pedagógica e religiosa, reveladora de um dos traços mais marcantes da cultura portuguesa em geral e da jesuítica, em particular: o pragmatismo. As polêmicas e os debates políticos de sua época podem ser lidos em *Os Sermões*, eloqüentes também sobre o referido pragmatismo e a instrumentalização da religião pelas práticas econômicas.

De Vieira, figura central da política colonial portuguesa, pode-se dizer que representa a tensão básica de interesses entre colonos e clérigos, colonos e índios, clérigos e índios, assim como seus pronunciamentos sobre a condição do escravo são reveladores do sistema de classificações da hierarquia racial vigente na Colônia. De sua obra, pode-se extrair uma das críticas mais contundentes ao sistema colonial, como ao defender os direitos dos indígenas, dos burgueses e até mesmo dos cristãos novos – contra os direitos e os abusos da fidalguia e de algumas ordens clericais. Vieira teve uma biografia entrecortada por vicissitudes e inimizades na Colônia e na Metrópole, só conseguindo contorná-las em razão de sua grande habilidade política e de seus contatos diretos na Corte de Lisboa. Vieira resume, em grande medida, o pensar católico do século XVII, indissolúvelmente vinculado à estética do Barroco, tal como se desenvolveu na Península Ibérica e se disseminou por todas as partes por onde passaram gentes de Portugal e de Espanha.

O espírito de profetismo, o visionarismo antecipatório, presente em suas previsões políticas, a “agudeza”, saber ir construindo a alegoria, de ponta a ponta, com precisão, sem perder o fio da meada, ir acompanhando o sentido, mesmo considerando a arbitrariedade no estabelecimento das premissas, as deduções em silogismo e as proposições dogmáticas apoiadas em textos bíblicos, principalmente no Antigo Testamento, como faziam também os pregadores protestantes, são os recursos usados por Vieira para unir política e religião

e desenhar uma ideologia. Sendo a correspondência alegórica o método básico da escrita barroca, o trabalho do escritor/pregador seria o de encontrar correspondências que permitissem desenvolver o argumento da forma mais alentada possível. Se pescador/semeador vem a ser o pregador, é preciso criar uma constelação de "figuras" que interpretem, passo a passo, o sentido construído na alegoria. Vieira, homem de ação, pragmático, realizador e político por índole, será um mestre do gênero. De fato, muitas das características encontradas em Vieira refletem de forma inequívoca o essencial da formação intelectual portata e transmitida pelos jesuítas em nossa cultura: "A retórica, o gramaticismo, a erudição livresca são traços que herdamos da formação, dita humanista, derivada do século XVI português" (Cruz Costa, 1967: 23). Historiadores e intelectuais comentam, com freqüência, o fato de Portugal ter ficado preso à escolástica e assim passado ao largo do movimento renovador das ciências que varreu a Europa nos séculos XVII e XVIII. É certo que o vínculo de Portugal com a Igreja é muito forte. Desde a participação nas Cruzadas dos séculos XII e XIII<sup>1</sup> até a institucionalização tardia da Inquisição (1536) por D. João III, o país ia ganhando paulatinamente prestígio em Roma, que sancionava, por meio de bulas papais, o direito de Portugal sobre os mares, sobre as terras descobertas e a serem descobertas. O vínculo entre Igreja e Estado reforça-se pelas ingerências políticas recíprocas entre a administração eclesiástica e o governo civil. Foi preciso esperar o século XVIII para que ocorresse alguma renovação em Portugal, uma maior laicização em todos os campos da cultura, mas principalmente no ensino, por mais que os jesuítas tentassem contê-la.

Do ciclo jesuítico, que se manteve até Pombal,<sup>2</sup> ficaram as igrejas, as reduções indígenas, os Colégios, com sua arquitetura exemplarmente "deslusitanizada" pelas transformações e adaptações por que passaram nos trópicos. Assim também os trabalhos de santaria, feitos por nativos que deixaram marcas próprias que tornavam as peças mais rústicas e mais originais. De uma arquitetura lusitana, herdeira do românico, mais pesada, monacal e austera, passamos a igrejas e capelas de proporções mais reduzidas, as numerosas capelinhas brancas, diminutas e muito mais líricas e fantasiosas com seus alpendres e suas varandas.<sup>3</sup> O estilo barroco predomina até meados do século XIX e atinge seu ápice na segunda metade do século XVIII, quando são construídas as obras mais marcantes de nossa arquitetura religiosa, principalmente nas cidades mineiras. Os altares sofreram importantes alterações na transição do século XVII para o XVIII, tornando-se mais trabalhados, enfeitados, revelando uma presença mais forte da arte italiana, provavelmente pela ação pedagógica e artística dos franciscanos. Daí decorre o proverbial desequilíbrio entre o edifício e os

interiores: o lado de fora simples e singelo, e o lado de dentro mais rebuscado, deixando ver a abundância do ouro na colônia e sua modelagem pelos valores estéticos do barroco ibérico.

Pode-se observar que há uma adaptação imediata da arquitetura portuguesa no Brasil, em termos de estética e de técnicas construtivas. Na arquitetura, vê-se nitidamente o hibridismo, as culturas em contato se interpenetrando umas nas outras: processos construtivos medievais, como a cantaria, complemento nobre trazido por Portugal, e as soluções construtivas indígenas, como palha e palmas para cobrir o pau-a-pique, ou ainda o tijolo de adobe, o barro cozido trazido pelos africanos.

O mundo dos artefatos está diretamente ligado às materialidades e à tecnologia disponível, assim como está estreitamente conectado ao mundo das idéias, o que nos leva a querer considerar também, como um nível relevante de análise, nesta configuração sócio-histórica, o primórdio da construção do campo intelectual no Brasil.

No referido período, surgem narrativas e imagens que provocam deslocamentos importantes em relação aos modelos metropolitanos, que inauguram uma visão bastante crítica da sociedade colonial e das suas relações com os centros hegemônicos. Desde essa época, os artistas tematizam a posição que ocupam naquela sociedade intelectualmente árida, na qual se sentiram peregrinos, exilados, desterrados, percebendo a discrepância entre a paisagem – exuberante, tropical – e as idéias, raras e limitadas. De Gregório de Matos aos poetas árcades, para ficarmos só nos séculos que nos competem, perpassa uma crítica social feroz à máquina mercante ou aos governantes despóticos.

O pragmatismo e a limitação do meio produziram, segundo Antonio Candido (1981), importantes conseqüências.

Assim, ou a obra se confundia à atividade prática, como elemento dela (sermão, relatório, polêmica, catequese), ou se fechava na fronteira de pequenos grupos letrados, socialmente ligados às classes dominantes, com a tendência conseqüente ao requinte formal. Num caso e noutro caso pesava na composição da obra o destino que ela teria. (A. Candido, 1981).

No século XVIII, as gerações de jovens brasileiros que partem para fazer seus estudos na Europa voltam com um pensamento renovado e, em vez de padres e humanistas, voltam da Coimbra pombalina como bacharéis, médicos, naturalistas e matemáticos e passam a ter papel preponderante na transformação das idéias no Brasil. Publicistas e doutrinadores liberais, como José Bonifácio, Hipólito José da Costa, Evaristo da Veiga e João Francisco

Lisboa, compreenderam a atividade jornalística como uma força decisiva para a organização dos partidos políticos na Corte e nas províncias.

Mas talvez o filão mais rico que se apresenta para ser explorado, seguindo nossa proposta original, seja o de trabalhar com algumas categorias analíticas, como o *hibridismo*, o *excesso*. Essas categorias são capazes de iluminar aspectos da cultura colonial vinculados à vida cotidiana, como as práticas alimentares, as práticas médicas, os ritos públicos e privados e as atividades artísticas. Sobre as práticas médicas sabe-se, por exemplo, que até a implantação do ensino por D. João VI, em Salvador e no Rio de Janeiro, em 1808, toda a atividade ligada à medicina era muito empírica e demorou um longo tempo até que surgisse uma medicina clínica. Dada a falta de escola e de teoria, predominaram os saberes tradicionais.

Os jesuítas acumularam muito do conhecimento sobre ervas e plantas. A mata é sua farmácia, disse von Martius, e sabe-se que, desde os primórdios da presença dos portugueses na América, muito saber foi apropriado não só dos índios como também dos africanos, sobre drogas tropicais.<sup>4</sup> Os jesuítas mantinham farmácia e enfermaria em seus colégios para tratar os índios, e conta-se que Anchieta fora um grande enfermeiro, famoso por suas curas.

Outra atividade cultural que ficou muito vinculada à Igreja foi a música. Sabe-se que em toda Minas Gerais houve intensa atividade musical durante todo o período barroco. No Rio de Janeiro, por intermédio da Capela Real, mantinham-se coros, músicos e compositores, bem remunerados, que produziam música erudita e de câmara, obras da mais alta qualidade artística. O espírito festeiro propagava-se por toda a província fluminense. Há relatos sobre representações e danças no solar do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes, lugar de festas memoráveis, como em 1730, por ocasião da visita do ouvidor-geral, quando se organizaram cavalhadas e outras danças dramáticas, dentro de protocolos rigorosos.

De 1500 a 1700, há enormes dificuldades de se obter informações sobre a música como profissão. Praticada por homens livres, durante todo o século XVIII, a música ganhou prestígio, sobretudo, pelo alto grau de profissionalismo que atingiu, principalmente nas sociedades mineira e fluminense.

O fato de a música ter sido uma atividade muito forte em todo o período colonial no Brasil explica-se pela importância dessa prática nas três culturas que então entravam em contato. Herança de Portugal, país de dinastias inteiras de reis músicos, de longa tradição trovadoresca, que ensinou a unir poesia e música; pela prática musical nativa, e pela contribuição dos negros e mulatos que, desde muito cedo, se destacaram não só no campo da música como em

todos os campos das artes. Uma citação de Emanuel Araújo sintetiza a importância desse grupo racial e social, ao dizer que:

No século XVIII, muitos dos principais artistas brasileiros eram negros ou mulatos, e todos, via de regra, pertenciam a confrarias que estabeleciam os contratos para confecção de imagens, para pinturas dos tetos, etc. Veja-se esta observação de Francisco Curt Lange, pesquisador da música erudita colonial mineira:

“Eram as confrarias da gente de cor, berço dos grandes estímulos às manifestações artísticas, ou ainda, que essa gente chegou a impor-se em pouco tempo, graças à sua vida esforçada, sem mácula perante a população dos brancos, ganhando destes admiração, mormente no terreno da música erudita, na escultura, arquitetura e pintura.” (E. Araújo, 1988.)

Artistas que se destacaram, arquitetos, ourives, escultores, pintores, músicos como Aleijadinho e Mestre Valentim, Leandro Joaquim Teófilo Jesus, Jesuíno do Monte Carmelo são todos artistas afro-brasileiros.

Dos séculos iniciais XVI e XVII pouco se sabe sobre a atividade musical que ocorria fora das igrejas e dos colégios, a não ser por alguns raros comentários, como os que existem nos relatos de Hans Staden e de Jean de Léry, por meio dos quais ficamos sabendo sobre ritmos e estilos de danças indígenas. Já do século XVIII, temos belo relato, deixado por Simão Ferreira Machado, o “Triunfo Eucarístico”, que testemunha “um estilo de vida barroco na sociedade mineradora do século XVIII” (A. Ávila, 1971). Também nos relatos sobre o “Áureo trono”, festa religiosa e profana ocorrida em 1748, comemoração solene da posse de D. Frei Manuel da Cruz como bispo de Mariana, Minas Gerais, encontramos rituais ortodoxos ao lado de outros, heterodoxos como as danças executadas por mulatinhos de idade infantil imitando os índios carijós. Em ambas as festas, a arte assume uma função pública, ao cristalizar, naquelas performances barrocas, os valores coletivos inscritos na música, na dança, na religião e na poesia.

## O SÉCULO XIX: A HISTORIOGRAFIA E A LITERATURA ROMÂNTICA

As narrativas produzidas no século XIX sobre o período colonial podem ser grupadas em dois conjuntos importantes de documentos: o da construção historiográfica que se deu em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o do projeto literário dos autores românticos, como Gonçalves Dias ou José de Alencar. Deste último, particularmente em seus romances históricos, como *Minas de prata* (1862-1866) e *A Guerra dos Mascates* (1873), e, também,

no seu projeto indianista, com *Iracema* (1865), *O guarany* (1857) e *Ubirajara* (1874), fica clara a intenção de criar narrativas fundacionais para a Nação brasileira e de abarcar o país como um todo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838 sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sempre recebeu estímulo e proteção do Imperador D. Pedro II, que também o acolheu nas dependências do Paço Imperial. O Instituto era constituído, em sua fundação, por cinqüenta membros efetivos e por um número ilimitado de sócios correspondentes e honorários que tinham o encargo de remeter regularmente à instituição documentos e trabalhos que dissessem respeito ao Brasil.

Com o IHGB inicia-se, de fato, a pesquisa histórica no Brasil. Seus sócios-fundadores, em sua maioria intelectuais e políticos, ao mesmo tempo ligados à estrutura do Estado e encarregados de formular uma ideologia para a nação, construíram uma versão oficial da história brasileira, que foi predominante durante o II Reinado (1840-1889) e, até hoje, tida por hegemônica em muitos aspectos. Os historiadores do IHGB preocuparam-se em iniciar um processo intensivo de interpretação dos materiais. Seus interesses voltavam-se para os levantamentos de vulto sobre os acontecimentos e os personagens que compusessem uma perspectiva à altura da nação que idealizavam, uma interpretação patriótica, em convergência com os interesses do Império.

Com uma verdadeira política de aquisição de documentos históricos, o IHGB estabeleceu relações com várias e prestigiadas academias científicas em diversos pontos da Europa (Paris, Roma, Viena) e deixou importante legado que possibilitou a formação de um acervo denso e variado sobre o Brasil colonial. Assim também, a partir desse mesmo material, em todas as suas frentes de pesquisa, evidencia-se a marca do vínculo desses intelectuais com a política oficial, com a ideologia do círculo do Imperador.

Por meio de sua revista, publicada desde 1838 até os nossos dias, revelam-se os interesses e os valores do grupo responsável pela leitura e interpretação dos documentos encontrados.

Pela primeira vez, toma-se consciência da necessidade de se escrever a história do Brasil. Os documentos eram vistos como provas da verdade, e a escrita como um índice de civilização, necessária para a formação da nacionalidade, para conduzir o Brasil rumo à glória, na expressão de um de seus membros, o cônego Januário da Cunha Barbosa.<sup>5</sup>

No discurso pronunciado em uma reunião do Instituto, o cônego constrói uma analogia entre os patamares da escrita e os estágios da sociedade brasileira. No plano inferior, os indígenas, por serem ágrafos e terem sido mantidos afastados do progresso. No plano intermediário, os que exerciam uma escrita inte-

ressada, com fins pragmáticos e não filosóficos, como os praticados pelos historiadores, e, no topo, o Imperador, o responsável pela condução do Brasil rumo à glória.

Inicia-se ali a pesquisa sobre os índios brasileiros em consonância com o projeto literário dos indianistas; supervaloriza-se a contribuição dos portugueses para a formação nacional e silencia-se sobre a escravidão e sobre os negros, base econômica do Império.

Os intelectuais do IHGB estabeleceram ritos próprios, uniformes, medalhas, sessões solenes e levaram a cabo uma política de intercâmbio entre os seus sócios, suas bibliotecas e academias científicas e congêneres em várias partes do Brasil e no estrangeiro, o que lhes permitiu recolher inúmeros documentos fundamentais para a “escrita da história da nação”, como eles próprios a formularam e iniciaram. O grande número de artigos sobre o Brasil colonial publicados na revista aponta para a vontade de buscar no passado os motivos para construir uma interpretação idealizada e seletiva dos documentos sobre o Brasil. Orientaram seus estudos em várias direções, nas quais se destacam, pelo menos, três núcleos mais fortes: a escrita da história, os estudos dos povos indígenas e a escrita do território. Sua historiografia privilegiava os estudos sobre o descobrimento, as invasões coloniais, a transferência da Corte lusitana em 1808 e a Independência, apesar de esta ter ocorrido há menos de duas décadas da fundação do Instituto. Nesse contexto, destaca-se o trabalho de Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, que, de biblioteca em biblioteca, de museu em museu, tornou-se o principal coletor de documentos sobre a história brasileira. A ele se deve, por exemplo, a descoberta, na Torre do Tombo, em Lisboa, da Carta de Caminha, que passou, desde então, a ser considerada o documento “fundador” do Brasil.

A incansável atividade intelectual desse sócio do Instituto propiciou um grande avanço no conhecimento da história e da literatura brasileiras. Sua antologia *Florilégio* (1850-1853) é considerada por Antonio Candido uma das seleções mais completas, tanto pela escolha dos autores quanto pela qualidade dos exemplos, “revelando consciência crescente dos valores e esforço para constituir o elenco básico, o cânone de nossa literatura” (Candido, 1981).

Foi nesse momento que se organizou um acervo de textos sobre história, hábitos e costumes dos três séculos de Colônia, acervo que possibilitou o trabalho não só dos historiadores do século XIX como também o dos modernistas, responsáveis pelas interpretações mais originais do período colonial e por ampliarem enormemente aquele acervo. Esse mesmo material – dentre novos achados – continua a ser fonte de pesquisa para a historiografia contemporânea sobre o período.

Estudos exaustivos foram dedicados pelos intelectuais do IHGB à religião, principalmente pela análise das crônicas das ordens e das irmandades. Nessa área de estudos, as fontes escritas são abundantes. José Honório Rodrigues (1979) fala-nos da consciência histórica dos jesuítas, que sugeria a presença constante de um narrador ao lado do missionário. Talvez esse fato se deva ao hábito, difundido e mesmo institucionalizado entre os inicianos, de escrever cartas e relatórios aos superiores, aos irmãos distantes, hábito responsável por importante conjunto documental. Esse fato é citado por Rodrigues para contrastar e realçar a improdutividade historiográfica dos bandeirantes, apesar de sua importância histórica. A ação dos jesuítas na América parece confirmar a tese sobre a produção interessada do conhecimento, sobre a proliferação de discursos necessários ao projeto missionário e civilizador.

Não há dúvidas sobre a importância da religião como esfera de ação civilizadora, responsável pela "tradução" e mediação entre tradições culturais distintas – indígenas, européias e africanas – que se viram em confronto. As missões podem ser consideradas como um projeto colonizador em si que tanto amenizava contradições e corroborava práticas de dominação, como criava novas tensões por seu papel e seu lugar nas lutas de poder.

Os artistas da época compartilham esse desejo de construção nacional e também, em geral, estão ligados à esfera política, como José de Alencar, cuja obra, por sua exemplaridade, merece referência. Para ficarmos somente nos romances, nota-se, pelo conjunto da produção ficcional do autor, essa vontade de representar a totalidade do Brasil, de compreender o seu passado, os nativos e a sociedade burguesa de seu tempo. Dedicou-se assim ao romance histórico e ao indianismo, misturando-os como em sua já citada "epopéia brasílica", *O guarany*, ou em sua "lenda do Ceará", *Iracema*. Inventou a escrita das "regiões" e escreveu a crônica urbana da sociedade fluminense que tão bem conhecia.

Alencar realizou, em sua obra, o projeto de uma geração, ao delinear uma imagem seletiva e simbólica da nação para a sociedade brasileira. A valorização e a idealização do índio e do colonizador correspondem a uma visão que, mesmo representando a extrema diferença do nativo em relação ao europeu, considera-o assimilável aos padrões civilizados. Foi então, via literatura, que o índio foi introduzido no imaginário dos brancos.

Embora trabalhando com o modelo das "três raças formadoras" da sociedade brasileira, a interpretação romântica tende a valorizar a etnia européia; idealiza o legado indígena, tornado fonte de motivos para a literatura. A matriz das "três raças", lançada pela monografia de Von Martius, "Como estudar a História do Brasil", premiada pelo IHGB, teve longa vigência na tradição do

pensamento brasileiro, mudando apenas a proporção da importância da contribuição atribuída a cada raça para a construção da nacionalidade. Para a historiografia romântica, o europeu teria desempenhado o papel mais importante, o de implantar a civilização nos trópicos, e teria tido a capacidade de assimilar o indígena, enquanto os negros continuariam a ser um impedimento para a implantação de um projeto civilizador. Esse modelo interpretativo é revelador da dependência, na qual se encontravam os intelectuais brasileiros dos paradigmas gerados na Europa, mesmo quando estavam em busca de uma imagem original para o Brasil.

Alfredo Bosi (1992) faz referência ao valor da geração de intelectuais românticos, dando como saldo positivo o cuidado com a pesquisa e a documentação, destacando o nome de Joaquim Norberto de Souza Silva que, com suas monografias eruditas e orientadas pelo nacionalismo romântico, tornou-se uma das referências mais sólidas para a historiografia, principalmente por sua monografia "História da conjuração mineira" (1873) e pela reedição que organizou das poesias dos árcades mineiros, que estudou em profundidade e que, até hoje, é referência para o estudo do período. Seus ensaios fazem eco ao interesse de toda aquela geração pelo Brasil colonial.

Em fins do século XIX e início do XX, Capistrano de Abreu, pesquisador e funcionário da Biblioteca Nacional e professor do Colégio Pedro II, faz parte de uma geração impregnada pelos valores cientificistas e começa a investigar a história do Brasil sobre bases documentais, tanto sobre documentos já recolhidos quanto sobre os que descobre ou copia dos arquivos portugueses. Interessam-lhe o solo, o clima, a mestiçagem como determinantes dos fatos históricos e das características que mais salientava no povo brasileiro: a indolência, a labialidade nervosa, a exaltação efêmera.

O destaque a Capistrano deve-se à grande contribuição que trouxe para o conhecimento do período colonial, editando cuidadosamente a obra magistral de Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (1612), e os *Tratados*, de Cardim e Gândavo. Fez descobertas definitivas sobre a autoria de textos coloniais, como *Cultura e opulência do Brasil* (1711), identificando o jesuíta Andreoni a Antonil.

O debate sobre a questão racial, ativo nos centros intelectuais europeus, na segunda metade do século XIX, reforça-se diante da realidade vivida no Brasil, caracterizado pela presença de misturas culturais e pela mestiçagem. As teorias sobre a hereditariedade e a hierarquia das raças vieram corroborar desigualdades e preconceitos já existentes.

A geração de intelectuais ativa no final do século XIX e início do XX defrontou-se com todas as tendências em que se desdobrara o cientificismo

européu. Teorias e métodos recentemente elaborados eram absorvidos e utilizados para interpretar os mais diferentes aspectos da realidade brasileira, nos vários campos em que se dividia a produção intelectual: Capistrano de Abreu, historiador, Sílvio Romero, sociólogo interessado em diversos aspectos da cultura e da etnografia brasileira, José Veríssimo, Araripe Júnior, críticos literários que debatiam sobre a questão da originalidade na literatura nacional.

As teorias racialistas européias imprimiram um tom pessimista a muitos dos discursos produzidos por aquela geração. Discutia-se sobre a viabilidade de o Brasil encontrar o caminho do progresso e da modernidade, sendo apontados como principais empecilhos a esse projeto o clima, a raça e o tempo (História), conforme a lição de Taine.

Para aqueles intelectuais do final do século XIX, o período colonial passou a ser visto como marcado pelo signo da falta, representando todas as precariedades que impediam que o país atingisse os patamares desejados de civilização. Escravidão, instituições políticas "atrasadas", religião, miscigenação eram questões problemáticas que se chocavam com os novos valores, como o progresso, o pensamento laico e científico, a crença na superioridade da raça branca.

## O ENSAÍSMO MODERNISTA SOBRE O PERÍODO COLONIAL

Os modernistas, conforme tem sido largamente divulgado, promoveram, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, uma verdadeira ruptura em relação à historiografia do século anterior sobre o período colonial.

Paulo Prado, Caio Prado, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre foram os principais responsáveis por essa reinterpretação e deram grande contribuição ao conhecimento da cultura e da sociedade da Colônia, com suas pesquisas, muitas vezes extensas e exaustivas.

Todos esses autores tratam da questão colonial, porém cada um privilegia os argumentos e os aspectos mais pertinentes à intenção e ao encadeamento dos problemas que levanta. A discussão sobre o problema racial e sobre a miscigenação explora novos caminhos de análise e, ao mesmo tempo, deixa entrever outras contradições. Como os modernistas interpretam esse complexo cultural surgido do embate entre europeus, índios e africanos? Como, no discurso dos modernistas, está superada – em maior ou menor grau – a subserviência ao ponto de vista metropolitano? De onde advém sua capacidade desidealizadora e antropofágica de elaborar argumentos críticos? Haveria sob esse tom tão afirmativo algo de revanchista? Somos melhores, temos as melhores cabeças, nossa diferença é melhor?

Os quatro autores que viemos de citar, embora representem tendências teórico-metodológicas distintas e tenham pesos variáveis na ruptura interpretativa de seu tempo, debruçaram-se sobre a colonização como base de análise; todos dialogam com a história e com os textos coloniais, buscando naqueles documentos a explicação de nosso “modo de ser”, traços específicos sobre os quais deveria ser construída uma identidade para a nação brasileira.

Paulo Prado, dialogando com a historiografia romântica e positivista, orientado por Capistrano de Abreu, construiu uma imagem do Brasil que se poderia considerar desidealizadora, enfatizando aspectos pouco comuns como, por exemplo, a excessiva luxúria que dominava a sociedade no período colonial. Por trazer essa visão curiosa e inusitada – o brasileiro como um povo triste, apesar de viver em uma terra radiosa –, nunca consentiu que seu livro fosse traduzido para outras línguas. Notam-se, ainda, em *Retrato do Brasil* (1928), muitos resquícios dos determinismos que haviam forjado uma imagem desabonadora do país.

Gilberto Freyre, inovador e polêmico, traz uma interpretação que subverte as imagens iniciais da cultura brasileira como vítima de carência e falta. Ao substituir, seguindo a lição de Franz Boas, o conceito de raça pelo de cultura, substitui também aquela visão negativa por outra, positivadora de nossas especificidades e diferenças. O diálogo com fontes inusitadas, o enorme interesse pelo imaginário, pelas histórias, pelas lendas, pelos fantasmas; pela culinária e pela doçaria; pelas práticas de higiene e pela sexualidade fazem de *Casa-grande e senzala* (1933) uma minuciosa história do cotidiano, da modelação da vida íntima e do imaginário do “patriarcalismo solar”, como a ele se refere Costa Lima (1989). Dessa obra inaugural, de cientista e de artista, já tem sido objeto de interesse o modo como Gilberto Freyre introduz em sua escrita o princípio do hibridismo, da impureza, do excesso, recursos que mobiliza em direção a um antipuritanismo radical – que não esconde, ao contrário, deixa transparecer, ao mesmo tempo, o viés patriarcal que orienta sua construção e a arte que anima suas análises sobre sexualidade e religião. Ao incluir o expediente subjetivo e as fontes não-convencionais de pesquisas, Gilberto Freyre trabalha sobre dimensões complexas do tempo e da memória, o que se rebate no próprio ritmo e na sonoridade de sua narrativa, tornando a linguagem festa e prazer.

Sérgio Buarque de Holanda, somente por *Raízes do Brasil* (1936) – o mais “alemão e o mais weberiano” de seus numerosos livros –, tem sido considerado um clássico da literatura sócio-histórica brasileira. *Raízes* pode ser lido como um contraponto à *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Weber, 1987). A partir da seleção de *tipos ideais* – o personalismo, o homem cordial, o ladrilhador e o sementeiro, o aventureiro e o trabalhador, a burocracia, o patri-

monialismo –, Sérgio Buarque escreve o avesso do protestante e do tipo de racionalidade que rege suas ações e os valores da burguesia moderna. O colonizador ibérico, segundo sua interpretação, seria o portador de um *ethos* individualista e “personalista”, isto é, não baseado no mérito ou no valor do indivíduo em si, mas sim nas relações que este é capaz de estabelecer como pessoa. Outra clivagem entre as duas éticas, a protestante, de tradição burguesa, e a católica, de tradição aristocrática, é o valor atribuído ao trabalho, o que acarreta uma grande diferença na organização societária. Metódico e austero para os protestantes, na civilização ibérica que se formou nos trópicos, o trabalho e as profissões, por conseguinte, desenvolveram-se de modo quase sempre irregular e, segundo Sérgio Buarque, preteridos em nome da aventura ou do ócio. A moral flexível e ambivalente também se coadunava bem com o autoritarismo patriarcal, entidade reguladora da esfera familiar e da esfera pública.

Diferentemente de Gilberto Freyre, a quem interessa a formação da vida íntima da família brasileira, Sérgio Buarque vê nessa mesma instituição-chave a gênese de nossas instituições políticas.

Já Caio Prado, advogado e historiador, deixou uma obra extensa e densa sobre a época colonial. Sua leitura, de base marxista, detém-se sobre aspectos considerados extremamente atuais, como o desgaste ecológico e a formação dos grupos de excluídos, chamados por ele de “o setor inorgânico”, constituído por pessoas que, não sendo nem senhores nem escravos, não participavam da cadeia produtiva formal da economia.

Os fundamentos materiais – econômicos – de nossa sociedade colonial não poderiam ser considerados fora de sua inserção no capitalismo mercantil mundial e na divisão internacional do trabalho. As questões culturais deveriam ser remetidas às questões econômicas, e a colonização como um todo, no seu entender, foi o ponto de partida que deu o *sentido* de um longo processo histórico cujas conseqüências estavam ainda ativas em tempos de um Brasil moderno.

A reavaliação modernista do período colonial introduz uma perspectiva crítica, ao mesmo tempo, da história colonial e da historiografia romântica. Ela introduz também uma revalorização da arte e da literatura da época, buscando encontrar marcas que possam definir uma identidade para a nação. É nessa direção que se encaminham os estudos de intelectuais e artistas como Oswald de Andrade e, principalmente, Mário de Andrade que atribuem ao Barroco um novo lugar de fundação da cultura brasileira. A releitura cômico-satírica dos textos coloniais por Oswald de Andrade e a crítica que produziu sobre os poetas árcades são exemplares da atitude autônoma e dessacralizada com que os modernistas lidaram com os textos, as crônicas e as narrativas, com toda a produção literária dos séculos XVI ao XVIII, igualmente boas vítimas para

a deglutição antropofágica da paródia e do humor, da exposição ao ridículo do europeu visto pelo índio.

*Quando o português chegou estava chovendo*

*Português vestiu o índio.*

*Fosse um dia de sol*

*Índio tinha despido o português* (Andrade, Oswald de, *Poesias completas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1945).

Os modernistas conduziram outras pesquisas e trabalharam de forma sistemática sobre os documentos, promovendo a definitiva reversão de um ponto de vista inferiorizado que pode ainda ser claramente percebido nos escritores do século XIX. Os modernistas também releeram com olhos livres a crônica de nossa “fundação” e souberam valorizar o acervo artístico aqui constituído, desmistificando o projeto colonizador. O grande número de ensaios historiográficos, técnicos e estéticos sobre o Barroco, na arquitetura e nas artes, sobre os árcades, sobre a música comprova o interesse que essa geração nutriu sobre o período. Exemplos dessa atividade de pesquisa são os ensaios de Mário de Andrade sobre arte religiosa brasileira, sobre o padre Jesuíno do Monte Carmelo (1920) e sobre o Aleijadinho (1924). A densidade e a qualidade da produção ensaística e sociológica da época vêm reforçar essa afirmação.

A família é uma das questões recorrentes, cuja importância é afirmada pela unanimidade dos autores modernistas estudados. Considerada por muitos como a única instituição estável, portanto fundamental à estratégia colonizadora portuguesa, foi a família que modelou nossas instituições políticas e instituiu o modelo autoritário paternalista e a submissão nas relações políticas.

A casa, tal como a estudou Gilberto Freyre, na imagem da casa-grande do Nordeste açucareiro, simboliza toda uma tradição que implantou a base de uma civilização patriarcal nos trópicos. A casa encerra a quase totalidade dos valores constitutivos do complexo colonial brasileiro marcado por forte religiosidade e por uma moral dúbia, rígida e licenciosa.

A família colonial brasileira caracterizava-se por possuir um sentido alargado do grupo, incluindo parentes longínquos, filhos mestiços e bastardos, além de outros agregados. Instituição de natureza privada, a família sempre teve proeminência sobre a ordem pública, e esse tem sido considerado um importante ponto de partida para a compreensão da fragilidade das instituições políticas brasileiras (Buarque de Holanda, 1976). As conseqüências desse fato e seus desdobramentos na formação da cultura são imensos, especialmente no que diz respeito à esfera política, na qual a dificuldade em se estabelecer a distinção entre o público e o privado permanece vigente. Esse modelo – tipificado

por Sérgio Buarque na figura do homem cordial – provém de um tipo próprio de individualismo, o personalismo, herdado da tradição ibérica. Esse tipo de individualismo, contrariamente ao individualismo impessoal e racional de matriz protestante, orienta suas ações por valores pessoais e afetivos e centra seu interesse em grupos próximos, açambarcando-os em sua zona de influência.

Os engenhos espalhados por um território vasto, fracamente povoado, em uma situação de dispersão social e institucional, são lugares sócio-históricos altamente investidos de poder do senhor, do *pater familiae*. A família – base dos processos de socialização e de formas de convívio nos séculos XVI e XVII – é a instituição mais afinada com os valores subjacentes ao sistema patriarcal e à ética religiosa. Profundamente e de muitas formas impregnada da religião, a família – como aliás todas as instituições coloniais e o próprio empreendimento da colonização – teve seus valores e suas condutas orientados pela modalidade portuguesa do catolicismo, mais intimista, mais lúdico e mais mágico que seus congêneres europeus.

Ritos e práticas sociais que na Europa eram típicos do espaço público e urbano, festas religiosas e profanas, enterros, procissões passam a ser encenados no interior dos engenhos, referidos pelos cronistas como verdadeiras autarquias, comandadas pelo chefe de família que arbitrava em todos os domínios da vida social.

Completa o conjunto de interpretações modernistas sobre o Brasil-Colônia a contribuição de Caio Prado que, conforme já dito, desvenda o “sentido” da colonização brasileira, ao identificar o tripé que a sustentou, o latifúndio, a monocultura de exportação, a escravidão. Caio Prado também interessou-se pelos movimentos sociais e políticos que ocorreram no Brasil, durante a Colônia e no período regencial, dando início a uma historiografia dos processos sócio-históricos e trazendo à luz aspectos até então não considerados da vida colonial. Em suas análises baseadas no método materialista-dialético, evidenciaram-se as tensões sociais decorrentes das formas externas e internas da dominação política. Conflitos principalmente entre os proprietários da terra e uma classe de comerciantes já instalados no Brasil que, por ter interesses próprios, entrou em choque com os grandes proprietários. Esses grupos sociais terão uma presença mais ativa somente no cenário político no início do século XIX, no contexto dos debates sobre a Independência.

Outra questão que Caio Prado trouxe à tona foi a da existência de um grupo social específico – o dos homens livres – que, nem senhores nem escravos, não encontrava seu lugar definido na estrutura da sociedade colonial.

A escravidão foi um de seus objetos privilegiados de reflexão, um exercício de desvendamento, talvez pelas marcas que deixou na sociedade brasileira, por ser a instituição em que se assentavam a produção e o trabalho.

Diferentemente da escravidão antiga, na qual a condição de escravo, apesar de degradada pelo trabalho, poderia ser considerada como temporária, a escravidão moderna, com a racionalidade capitalista que a orienta, faz parte de um sistema no qual o escravo é duplamente reificado, como meio de produção – uma coisa – e como mercadoria. O tráfico negreiro era um meio para a produção dos produtos agrícolas no Brasil, tendo se tornado um dos negócios mais rentáveis e mais organizados dos séculos XVI, XVII e XVIII. Sem o trabalho escravo não teria sido possível a organização econômica do Brasil colonial.

A escravidão, que trouxe para o Brasil um importante contingente de africanos, pode ser responsabilizada pelo estilo de autoritarismo das elites e pela subserviência das classes populares, pelas práticas de violência e arbítrio, ainda hoje fortes marcas da cultura brasileira. Acarreta consigo o desprezo pelo trabalho manual e introduz cisões tão irremediáveis no tecido social que, até nossos dias, repercutem sobre a sociedade sob a forma de dificuldades concretas, como a de se construir instituições, organizar uma comunidade política sólida e garantir aos diferentes grupos padrões que lhes permitam usufruir plena cidadania.

As idéias que aqui delineamos em torno da produção modernista sobre o período colonial não pretenderam ser exaustivas, e, sim, seletivas e orientadas. Elas buscam dar visibilidade a alguns núcleos densos de sentido que apontam para singularidades brasileiras que, formadas no período colonial, reemergiram ao longo da história de nossa cultura, como as que se encontram nas práticas artísticas e religiosas; no interior da família; nas práticas sociais e nos padrões de relacionamento inter-raciais; na transformação pela qual passou o debate em torno da questão racial.

## ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

A historiografia mais recente deslocou seu foco de interesses e selecionou documentos que elucidaram aspectos pouco abordados pelos historiadores românticos, positivistas e modernistas. A vida privada, a moral e a sexualidade, a história das mulheres, as formas híbridas de religiosidade são temas das obras de Vainfas, Novais, Laura de Mello e Souza, Mary Del Priore, Emanuel Araújo, dentre outros. As rebeliões populares, de negros e índios, os degredados, além de estudos pioneiros sobre os comerciantes, são objeto de pesquisas de Janaína Amado, Luciano Figueiredo, João Fragoso, da Escola de Historiadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), e de muitos outros trabalhos, pioneiros alguns, muito recentes, outros.

Diante dos procedimentos críticos contemporâneos e das vertentes abertas na historiografia atual, vê-se redobrado o interesse dos estudiosos sobre o período colonial. Inicialmente, a chamada crítica pós-colonial permitiu reler os discursos produzidos pelos colonizadores sobre suas áreas de conquista, assumindo o ponto de vista da Colônia, promovendo assim uma reversão do olhar. Inúmeras obras surgiram sobre aquele período, tratando de temas diferenciados, promovendo uma verdadeira "devassa" de seus aspectos, dos mais explícitos aos mais velados. Essas pesquisas expressam toda a complexidade da vida social no período, por meio das vias abertas pela história das mentalidades, do imaginário, pelos estudos de gênero, da vida íntima e do cotidiano. Esse verdadeiro "movimento" em torno do Brasil-Colônia contribuiu para ampliar e densificar a literatura sobre o período. Hoje, abrem-se numerosos caminhos de investigação ao pesquisador interessado na história da cultura que se formou no Brasil no período colonial. Há um grande acervo cultural e artístico, documentos sobre a produção científica e sobre o pensamento político para serem explorados, para serem relidos à luz de novas molduras. Torna-se possível traçar mapas interpretativos sobre o patrimônio que construímos, formado a partir das tradições que aqui, no Brasil, se confrontaram e das contradições que geraram.

Para se compreender como a cultura se formou no período colonial, é preciso que se assuma uma epistemologia do diverso, pois assim se revelam as identidades coletivas como internamente fragmentadas, polivalentes e diversificadas, embora ainda possuidoras de sentidos que lhes permitem alguma forma de integração na sociedade. Nessa perspectiva, a formação das identidades sociais deve ser captada por todas as suas migrações e dispersões, o que a define como multilocalizada, apresentando diferentes núcleos de produção de poder e de saber. A nova forma de pensar sobre a questão identitária permite compreendê-la como uma pluralidade de padrões. Partindo assim de novos pressupostos sobre a diferença e a identidade, podem ser ultrapassados estereótipos que dificultam a leitura atual.

A questão colonial é, portanto, um debate que já possui densidade em nossa tradição intelectual. Essa tem sido uma preocupação constante da *intelligentsia* e dos artistas que, em muitos momentos, criaram mediações relevantes entre os padrões de civilização representados pelas culturas hegemônicas e as tradições pertencentes às culturas locais, cujas formas de organização social se assentam em valores distintos dos valores modernos.

A renovação desses debates instilados pela crítica pós-colonial sugere muitas possibilidades de rever os acervos de narrativas e imagens que formaram todo um legado cultural encarnado em materialidades, em concretudes, todo um patrimônio de tradições e narrativas que cada geração reinventa e reconstitui, que inventamos e construímos.

## Notas

1. Data de 1088 a institucionalização do uso da palavra Cruzada. Entre os séculos XI e XIII, ocorreram as expedições sistemáticas da Europa cristã contra os turcos que detinham a posse do Santo Sepulcro.
2. O Marquês de Pombal (1699-1782) foi ministro dos Negócios Estrangeiros de D. José I e introduziu uma série de medidas para fazer prosperar Portugal e as colônias. Iniciou a perseguição aos jesuítas em 1755 e, em 1760, conseguiu que fossem expulsos do Brasil.
3. Segundo Sylvio Vasconcelos (1999), essa deslusitanização teria ocorrido com mais frequência no interior – Minas e Goiás –, enquanto no litoral a arquitetura mantinha características mais próximas a Portugal.
4. O saber acumulado sobre as plantas e as mezinhas, assimilado da Índia, encontra-se sintetizado no clássico *Colóquios dos simples e drogas da Índia* (Goa, 1563), escrito pelo médico judeu Garcia de Orta (ed. 1987).
5. A expressão é do cônego Januário da Cunha Barbosa, político ligado ao Imperador que fazia parte de um grupo de liberais considerados progressistas. No momento mais crítico de decisão sobre a Independência do Brasil de Portugal, teve sua influência neutralizada por grupos conservadores.

## Referências bibliográficas

- ALENCAR, José de (1829-1877). *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins, 1965.
- ANDREONI, J. A. e ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. Salvador: Progresso, 1955.
- ARAÚJO, Emannel (org.). *A mão afro-brasileira*. Ed. Centenário de Abolição, 1988.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil* (1936). Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CANDIDO, Antonio. "O indivíduo e a pátria". *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. II, 1981.
- COSTA, J. Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA LIMA, Luiz. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- DIAS, Gonçalves. "Primeiros cantos" (1846). *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1998.
- EULAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, v. I, 1993, v. II.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala* (1933). Rio de Janeiro: Aguilar, 1977.
- GARCIA DE ORTA. *Colóquio dos simples e drogas da Índia* (2 vol.). Ed. fac-símile da edição de 1891. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.
- MACHADO, Simão Ferreira. "O triunfo eucarístico." In: ÁVILA, A. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928). São Paulo: Brasiliense, 1944.

- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1612). São Paulo: Weiszflog, 1918.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *História da Conjuração Mineira* (1873). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *Florilégio: da poesia brasileira* (1850). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (em três volumes), 1946.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

## Bibliografia: período colonial no Brasil

### Textos de época

- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões: 1554-1594*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- CAMINHA. *Carta do achamento do Brasil*. In: Ribeiro (ed.). Rio de Janeiro: Alba, 1929.
- CARDIM, Fernando. *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1583.
- COSTA, Cláudio Manuel da (1729-1789). *Obras*. Lisboa: Bertrand [s.d.].
- GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil e história da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- GONZAGA, Tomás Antonio (1744-1810). *Obras completas*. Rio de Janeiro, 1957.
- MATOS GUERRA, Gregório (1623-1696). *Obra poética*. Edição de James Amado; preparação e notas de Emanuel Araújo. Ed. Record, 1992.
- NÓBREGA, Manoel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio, 1557. Relations veritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Bresil, avec l'histoire de la dernière guerre faite au Brésil*. Paris: Ed. Courbe, 1651, 1v.
- SAINT-HILAIRE, Augustin de. *Resumo histórico das revoluções do Brasil desde a chegada do rei D. João VI a América até a abdicação do imperador D. Pedro*. Brasília: Ed. Fundação Projeto Rondon [s.d.].
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. São Paulo: MEC, 1974.
- SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação: de 1530 a 1532*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1927, 2v.
- THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.
- VICENTE DO SALVADOR, Frei. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- VIEIRA, Antonio. *Os sermões*. Ed. Difusão Européia do Livro, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

## Obras gerais sobre o Brasil-Colônia

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1993.
- Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. São Paulo: Verbo, 1994.
- História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Ed. Litogr. Nac., 1921. 3v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira. Tomo I. A época colonial*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 1993.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Resumo de história do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO E SOUZA, Antonio Cândido de. "Letras e idéias no Brasil colonial". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização*. 7. ed. Tomo I. A época colonial. v. 2. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Ed. Coimbra, 1968.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil-Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

## Historiografia romântica sobre o Brasil-Colônia

- BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil, depuis sa decouverte en 1500 jusqu'en 1810*. Paris: Emery, 3v., 1815.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1928.
- GONZAGA DUGUE. *Revoluções brasileiras: resumos históricos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.
- LEAL, Antonio Henriques. *Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil*. Magalhães, 1874.
- MORAIS, Alexandre José de Melo. *Choronica geral e munuciosa do império do Brasil, desde a descoberta do mundo ou América até o anno de 1879*. Rio de Janeiro: Silva Júnior, 1879.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Quadros da história colonial do Brazil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1895.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *História da conjuração mineira (1873)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Visconde de Porto Seguro – história geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 2v. [s. d.].

## Visões modernistas sobre o Brasil-Colônia

- BOXER, Charles A. *Relações raciais no Império Colonial Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- \_\_\_\_\_. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 1977.

- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dois ensaios de história: intencionalidade no descobrimento do Brasil, o mais antigo marco de posse*. Natal: Ed. Impr. Universitária, 1965.
- FONSECA JUNIOR, Leopoldo Nery da. *Fronteiras do sector sul*. Rio de Janeiro: Ed. *Jornal do Comércio*, 1937.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1977.
- GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Ed. S. L., 1966.
- GURGEL, L. Amaral. *Insaios (sic) quinhentistas*. São Paulo [s. d.], 1936.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Ed. CEB, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. Rio de Janeiro: Ed. INL, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- JUREMA, Aderbal. *O sentido da colonização portuguesa no Brasil*. Recife: Ed. Ciclo Cult. Luso Bras., 1942.
- LEITE, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Ed. Comis. IV Center, 1955.
- MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermidia, 1993.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira Brasil-Portugal: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Cons. Fed. Cult., 1964.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens de colonização: o índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp, 1996.
- RIBEIRO, Joaquim. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Alba, 1929.
- SALGADO, Plínio. *Como nasceram as cidades do Brasil*. Lisboa: Ática, 1885.
- VIANA, Hélio. *Estudos de história colonial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1948.

### Leituras contemporâneas sobre a questão colonial

- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Editora Universidade de Brasília, 1993.
- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. Salvador: Ed. Fund. Odebrecht, 3v., 1994.
- BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina do Brasil-Colônia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- FERINI, Vera Lúcia Amaral. *Civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONSECA, Célia Freire A. *A economia europeia e a colonização do Brasil: a experiência de Duarte Coelho*. Ed. Cons. Fed. Cult., 1978.

- GIUCCI, Guillermo. *Sem fé, lei ou rei: Brasil 1500 – 1532*. São Paulo: Rocco, 1993.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Inferno atlântico – demonologia e colonização – século XVI-XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NEVES, L. F. Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. São Paulo: Forense [s. d.].
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Condições de privacidade na Colônia". In: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1972.
- PAMA, Miguel. *Da Colônia ao Império: um Brasil para inglês ver*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos novos: povoamento e conquista do solo brasileiro, 1530-1680*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Ed. Comis. Nac. Comem. IV Center, 2v., 1965.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravocrata no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Trópico dos pecados*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A heresia de índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- VEIGA, Eugênio de Andrade. *Os párocos no Brasil no período colonial*. Salvador: Beneditino, 1977.
- VOGT, John Leonard. *Portuguese exploration in Brazil and the feitoria system: 1500-1530: The first economic cycle of Brazilian history*. Ed. Ann Arbor, Univ. Microfilms, 1967.



Jean Baptiste Debret.

Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826.

Aquarela sobre papel, 17,2 X 22,3 cm.



## SOBRE OS AUTORES

**ANGÉLICA MADEIRA** é doutora em Semiótica pela Universidade de Paris VII e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Publicou artigos e ensaios em periódicos nacionais e estrangeiros sobre literatura e cultura brasileira e arte contemporânea. Em parceria com Mariza Veloso, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000. Editou a Revista *Sociedade e Estado* entre 1991 e 1995. Atualmente é diretora da Casa da Cultura da América Latina, do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

**FÁBIO LUCAS** é presidente da União Brasileira de Escritores, SP; ex-professor da Universidade de Brasília, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-diretor do Instituto Nacional do Livro; autor de 34 obras de ensaios, sendo a última *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII*, pela editora da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

**FLÁVIO GOLDMAN** é bacharel em Direito e diplomata de carreira, servindo atualmente na Embaixada do Brasil em Roma. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas, do Instituto Rio Branco, MRE.

**LÚCIA LIPPI OLIVEIRA** é doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ. Possui vários livros e ensaios sobre o pensamento social brasileiro e sobre as representações da identidade nacional. Publicou, dentre outros, *A questão nacional na 1ª República* (Ed. Brasiliense, SP, 1990), *A sociologia do guerreiro* (Ed. UFRJ, RJ, 1994) e *Americanos* (Ed. UFMG, 2000).

**LUIZ TATIT** é professor associado (livre-docente) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *A canção: eficácia e encanto* (Ed. Atual, 1986), *Semiótica da canção: melodia e letra* (Ed. Escuta, 1994), *O cancionista: composição de canções no Brasil* (Edusp, 1996) e *Musicalizando a semiótica: ensaios* (Ed. Anna Blume, 1997). Tatit é também compositor e, em sua atividade com o grupo Rumo, gravou seis LPs e dois CDs contendo 46 canções de sua autoria. Lançou, em 1997, o seu primeiro CD solo ("Felicidade") pela Dabliu, com mais 13 composições inéditas.

**MARISA LAJOLO** é professora titular do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, foi professora visitante da Brown University, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Tem vários trabalhos publicados sobre leitura e literatura (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *A leitura rarefeita*, 1991) e sobre história literária (*Negros e negras em Monteiro Lobato, apud Lendo e escrevendo Lobato*, 1999; *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? Apud Historiografia brasileira em perspectiva* 1998). Seu livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo* ganhou o prêmio Jabuti (ensaio) em 1995.

**MARIZA VELOSO** é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Autora de artigos e ensaios sobre cultura brasileira e patrimônio cultural e, em parceria com Angélica Madeira, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000.

**MARY LUCY MURRAY DEL PRIORE** é professora de História do Brasil Colonial nos Departamentos de História da USP e PUC/RJ. Autora de 14 livros sobre o período, foi duas vezes vencedora do prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco, e do Prêmio Jabuti para obra de relevo em Ciências Sociais. Colabora com revistas científicas nacionais e internacionais, além de manter uma crônica mensal no jornal *O Estado de S. Paulo*.

**MURILO F. GABRIELLI** é bacharel em Administração de Empresas e diplomata de carreira. Teve experiência como jornalista na Folha de S. Paulo e, atualmente, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, MRE.

**ROBERTO VENTURA** é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Foi coordenador da área de história cultural do Instituto de Estudos Avançados da USP de 1993 a 1994. É autor de *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim* (São Paulo, Moderna, 1984, com Flora Süssekind), *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical* (Munique, W. Fink, 1987) e *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

**WILLI BOLLE** é professor de Literatura na Universidade de São Paulo. É autor, entre outras publicações, de *Fisiognomia da Metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin* (São Paulo, Edusp, 1994) e de vários estudos sobre a obra de Guimarães Rosa.

## CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Lopo Homem.  
*Atlas náutico português, dito Miller. "Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula..."*, 1519. Pergaminho, 42 x 59 cm.  
Coleção Marcel Destombes. XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa, 1983.
2. João Teixeira - cosmógrafo de Sua Majestade.  
*Descrição de toda a costa da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil*, 1642. Pergaminho.  
XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Livraria do Conde de Redondo. Lisboa, 1983.
3. Coração de Jesus.  
*MA, sem data. Madeira policromada e dourada, 97 x 78 x 10 cm.*  
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Fernando Silveira.
4. Nossa Senhora da Conceição Missioneira.  
*Missões, RS, séc. XVIII. Cedro, 108 x 45 cm.*  
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Ricardo Moure Neto.
5. Nicolas Antoine Taunay.  
*Morro de Santo Antônio em 1816. 1817-1818 c.*  
*Óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm.*  
O Brasil dos Viajantes. Volume 3, A Construção da Paisagem. Ana Maria de Moraes Belluzzo. Fundação Odebrecht, 1994.
6. Jean Baptiste Debret.  
*Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826. Aquarela sobre papel, 17,2 x 22,3 cm.*  
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996. Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro.
7. Almeida Júnior.  
*O violeiro. 1899. Óleo sobre tela, 141 x 172 cm.*  
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996.

8. Maria Martins.  
*A soma de nossos dias, 1954/55*. Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.  
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, SP.
9. Humberto Mauro.  
*Favela dos meus amores, 1955*.  
Enciclopédia do Cinema Brasileiro. Organizadores: Fernão Ramos e Luís Felipe Miranda.
10. Poty.  
*Ilustrações para o livro Sagarana, de João Guimarães Rosa, 1958*.  
Sagarana, Editora José Olympio.
11. Hélio Oiticica.  
*Metaesquema, 1958*. Guache sobre papel, 0.55 x 0.64 m.  
A forma difícil – ensaio sobre a arte brasileira, de Rodrigo Novaes. Editora Ática, 1996.
12. Nelson Pereira dos Santos.  
*Vidas secas, 1963*.  
Arquivo F. Canosa.
13. Rogério Duarte.  
*Cartaz para o filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, 1963*.
14. Rubem Valentim.  
*Objeto emblemático 4, 1969*. Madeira recortada e pintada, 208 x 79 x 73 cm.  
Escultura brasileira, perfil de uma identidade. Exposição realizada no BID, Washington, DC, e Banco Safra, SP. Idealização e coordenação de Elcior Ferreira de Santana Filho e curadoria de Emanuel Araújo, Banco Safra, 1997.
15. Oswald Goeldi.  
*Pescador, tiragem póstuma, 1970*. Xilogravura, 25 x 36 cm.  
Roberto Pontual. Entre dois séculos – arte brasileira do século XX na Coleção Gilberto Chateaubriand/MAM, RJ, Editora JB.
16. Athos Bulcão.  
*Painel de azulejos, 1983*. Palácio do Itamaraty, Anexo. Brasília.  
Athos Bulcão 80 anos. Projeto Pinacoteca no Parque. Pinacoteca de São Paulo, 1998.
17. Amílcar de Castro.  
*Sem título, 1983*. Nanquim sobre papel, 106 x 76 cm.  
Radha Abramo. *A cor e o desenho do Brasil*. Ministério das Relações Exteriores, Petrobras e Varig. Organização Centro Brasileiro de Projetos de Arte – CBPA, 1984.

## 18. Glauco Rodrigues.

*Samba enredo, 1975. Óleo sobre madeira, 80 x 100 cm.*

Coleções de Brasília. Acervos do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Palácio do Itamaraty. Ministério da Cultura, 1995.

## 19. Leonilson.

*34 com scars, 1991. Acrílico, bordado, tela, 41 x 31 cm.*

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.  
Col. Theodorino Torcuato Dias e Carmen Bezerra Dias, São Paulo.

## 20. Leda Catunda.

*Duas bocas, 1994. Acrílico sobre tela, 225 x 207 cm.*

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.  
Coleção Galeria Camargo Vilaça. Foto: Eduardo Ortega.

**AGRADECIMENTOS ESPECIAIS**

Amílcar de Castro, Ana Resende, Bené Fonteles, Berê Bahia, César Oiticica Filho, Editora José Olympio, Fundação Athos Bulcão, Glauco Rodrigues, Leda Catunda, Lia Alencastro, Márcia Santana Pereira do Santos, Roberto Leite, Rogério Duarte, Sérgio Moriconi, Wagner Barja.





tivas, por exemplo, à identidade, à alteridade, ao erudito e ao popular, ao papel da cultura na construção da nacionalidade. Questões capazes de nos fazer redescobrir o país, iluminando, e ao mesmo tempo alimentando, nossa mais antiga obsessão coletiva, a de tentar decifrar o enigma Brasil.

Janaína Amado

Textos de

Fábio Lucas

Flávio Goldman

Lúcia Lippi Oliveira

Luiz Tatit

Marisa Lajolo

Mary del Priore

Murilo F. Gabrielli

Roberto Ventura

Willi Bolle

e de

Angélica Madeira

e Mariza Veloso

(organizadoras)

A diversidade dos textos publicados nesta coletânea revela uma busca deliberada de criar novas conexões entre abordagens históricas, sociológicas e literárias de narrativas que se inserem nessa tradição de "retratos do Brasil".

Identidade e alteridade constituem um par produtivo na permanente e obsessiva tarefa de construir a nação. O que se repete nessa fala engasgada, que ora afirma ora nega a singularidade dessa construção? Que discurso é esse que não pára de questionar seus pressupostos e de questionar-se a si mesmo?

Evidencia-se assim como o processo de construção histórica de uma nação é acompanhado pela emergência de narrativas que formam as várias camadas de sentido e que, ao admitirem múltiplas leituras, de acordo com os interesses e as preocupações de cada geração, vão contribuindo para tornar mais denso o campo de estudos sobre o Brasil.

Código EDU: 303399

ISBN 85-230-0606-0



9 788523 006068